



EXTENSÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA: EXPERIÊNCIAS EM INSERÇÃO SOCIAL

**UNIVERSITY EXTENSION IN A PROGRAM OF POSTGRADUATE
PSYCHOLOGY: EXPERIENCES IN SOCIAL INSERTION**

Maria Ignez Costa Moreira¹

Márcia Stengel²

Wanderley Chieppe Felipe³

A PUC Minas comemora em 2019 dois aniversários: 60 anos do curso de graduação em Psicologia e 15 anos do Programa de Pós-graduação em Psicologia. Essas comemorações trazem uma oportunidade de reflexão sobre a trajetória da Faculdade de Psicologia – FAPSI, suas conquistas e seus desafios.

Apresentamos nesse artigo algumas considerações sobre as parcerias entre o Programa de Pós-graduação em Psicologia e a Pró-Reitoria de Extensão Universitária, que vêm se consolidando nos últimos cinco anos. Em 2015, foi aprovado o projeto “Oficinas de Capacitação para Educadores das Casas de Acolhimento Institucional” (MOREIRA, 2015). Em 2016, houve a aprovação do projeto “O Cotidiano da Comissão Municipal de DST/Aids e Hepatites Virais de Belo Horizonte” (KIND, 2016) e, em 2017, de outro projeto como continuidade na mesma linha de ação: “Interagentes na prevenção e promoção de saúde: articulações entre Universidade, Sociedade civil e Estado para o enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS” (KIND, 2017). Ainda em 2017, uma nova parceria se estabeleceu para realização de “Cursos de qualificação para professores de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte”, envolvendo questões de gênero, que tinham sido objeto de pesquisa desenvolvida anteriormente (MOREIRA; JAYME, 2017). No ano seguinte, foi encaminhada pelo Núcleo de Educação, Cultura e Cidadania da Secretaria Municipal de Educação – SMED de Belo Horizonte a demanda de continuidade da formação dos professores no campo das relações de gênero. A equipe, com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão, prosseguiu com o trabalho partir de estratégias como as de realização de seminários, intervenções no cotidiano escolar, e ao final de 2018, após a avaliação foram planejadas diversas ações para o prosseguimento das atividades em 2019. Tais iniciativas começam a tomar forma e apontam para novas

¹ Doutora em Psicologia Social pela PUC São Paulo, professora da Faculdade de Psicologia e Programa de Pós-graduação em Psicologia PUC Minas. maigcomo@uol.com.br

² Doutora em Ciências Sociais pela UERJ, professora da Faculdade de Psicologia e Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC Minas. marciastengel@gmail.com

³ Mestre em Educação pela PUC Minas, professor da Faculdade de Psicologia e Pró-reitor de Extensão da mesma universidade. wanderley.felippe@gmail.com

possibilidades na pós-graduação *stricto sensu*, revelando, de modo especial, uma percepção da necessidade de contribuição do Programa ao esforço da universidade como um todo de se fazer presente na sociedade e contribuir para sua transformação.

São três as áreas em torno das quais a vida universitária se movimenta e constrói seus processos para efetivação da formação acadêmica, profissional e de cidadania: o ensino, a pesquisa e a extensão. Está estabelecido na Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) que essas três dimensões devem atuar de modo integrado, produzindo as articulações necessárias tanto para uma formação de qualidade, quanto para o estabelecimento de interações que beneficiem a sociedade da qual a universidade é parte.

Em ensaio apresentado em uma das mesas redondas do Seminário “Pesquisa pra quê? Extensão pra quem?”, promovido pelo Grupo de Trabalho Clacso: Espaços Deliberativos e Governança Pública de Minas Gerais (GEGOP) e realizado em Belo Horizonte, Felipe (2018) expôs uma proposição introdutória em torno das três dimensões em foco, relacionando as contribuições de cada uma delas para o desenvolvimento de diversas competências. Segundo o autor, o *ensino* contribui para o desenvolvimento das capacidades de “ler, analisar, interpretar, compreender fenômenos diversos, fazer escolhas valorativas, avaliando as consequências, realizar a apropriação, incorporação e recriação do conhecimento, bem como produzir trabalhos acadêmicos”. Já a *pesquisa* contribui para o desenvolvimento “do espírito investigativo, da capacidade de extrair conclusões, de estabelecer relações, comparações e contrastes em diferentes situações, de detectar contradições e ainda de propor soluções, gerando a produção de novos conhecimentos, metodologias e tecnologias”. E a *extensão* contribui para “o desenvolvimento do espírito analítico, a produção de novos conhecimentos, metodologias e formas de intervenção, a capacidade de realizar análises críticas, propor iniciativas e soluções, exercer a cidadania e ainda de se tornar capaz de responder aos desafios da realidade” (FELIPPE, 2018, p. 1-2).

Observando-se o conjunto dessas contribuições, ainda que nem sempre articuladas na *práxis* cotidiana da vida acadêmica, não é difícil perceber sua complementariedade, bem como os efeitos possíveis nos estudantes ao longo da trajetória percorrida nos cursos de graduação, na medida em que têm a oportunidade de vivenciá-las. Esse é o caminho idealizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação, específicas para cada área profissional, mas que têm em comum uma nova concepção de formação universitária, que inclui o desenvolvimento de novas competências e habilidades. Tomando como exemplo as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, em sua última edição,

preconiza-se uma preparação rica e diversificada, que, por meio da articulação entre as dimensões de ensino, pesquisa e extensão, crie condições para o desenvolvimento de uma formação que possibilite o reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para compreensão da realidade; a realização de análises críticas dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos; a possibilidade de atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais, os direitos humanos e a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades; o respeito à ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações de cada área de conhecimento (BRASIL, 2011).

E nos Programas de Pós-graduação *stricto sensu*? Como se dá a interação entre os três pilares da vida universitária? Como regra geral, as atividades são estabelecidas em torno de projetos de pesquisa. Desses projetos decorrem os planos de estudos, que servirão de base para a sua realização. Temos, portanto, uma concepção semelhante à desenvolvida na universidade humboldtiana: os objetos de pesquisa demandam a busca de conhecimentos básicos, num primeiro momento, e mais avançados, em seguida, gerando a produção de novos conhecimentos, formulados com o auxílio das metodologias de investigação. Portanto, ensino e pesquisa operam de modo integrado (DRÈZE; DEBELLE, 1983). Qual seria, nesse contexto, o lugar da extensão?

Certamente, as pesquisas poderiam orientar-se para a busca de respostas dirigidas a problemas práticos da vida das populações. Entretanto, grande parte dos projetos de pesquisa têm seu ponto de partida em problemas teórico-conceituais, respondendo a questões que interessam à própria academia. Com base nessa constatação, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES introduziu em sua avaliação periódica, em 2007, a necessidade de os Programas de Pós-graduação comprovarem a realização de ações de Inserção Social (RIBEIRO, 2007). Abriu-se, dessa forma, a oportunidade para a entrada da extensão na pós-graduação, ao lado do ensino e da pesquisa.

Boufleuer (2009) traduziu com clareza o propósito da CAPES em relação à exigência da Inserção Social na avaliação quadrienal dos programas de pós-graduação:

A criação do Quesito Inserção Social como categoria de avaliação, que passa a constar ao lado de quesitos como produção acadêmica, corpo docente (qualificação e pesquisa), corpo discente (formação oferecida) e proposta do programa (recorte acadêmico e curricular e compromissos com desenvolvimento), expressa o reconhecimento oficial pela CAPES de que a pós-graduação tem uma responsabilidade social e que a ciência deve ter como alvo do seu desenvolvimento a melhoria das condições de vida. De outra parte, a proposição desse quesito não deve ser entendida simplesmente como uma categoria de novas atividades a serem exigidas dos programas

de pós-graduação, mas como uma reflexão que se faz necessária acerca dos desafios que a produção científica e a formação acadêmica de excelência devem enfrentar em nosso país. (BOUFLEUER, 2009, p. 372).

A inserção social é, portanto, um dos aspectos considerados na avaliação dos Programas de Pós-graduação realizada pela CAPES. Neste quesito são consideradas a relevância e o impacto social e econômico do conhecimento produzido na pós-graduação, enfatizando-se ainda a potencialidade de inovações metodológicas e técnicas que resultem na solução de problemas de diversas ordens. Boufleuer (2009) cita algumas reflexões do Fórum Sul de Coordenadores de Programas de Pós-graduação, em 2008, indicando modos de cumprimento dessa dimensão:

- A realização de pesquisas que partem das realidades sociais ou das práticas sociais.
- Um sentido pedagógico inerente ao próprio fazer da pós-graduação.
- Um ocupar-se com questões da aprendizagem nas mais diversas áreas do conhecimento.
- O próprio esforço das áreas de conhecimento em explicitar os seus objetivos, seus pressupostos, enfim, a sua contribuição para o progresso científico e cultural da sociedade humana. (BOUFLEUER, 2009, p. 376).

Ribeiro (2007), no exercício da função de Diretor de Avaliação da CAPES participou ativamente na formulação do quesito de avaliação Inserção Social, em um pequeno texto publicado na internet, estabeleceu as bases para essa prática: “O que se está valorizando é uma extensão de impacto, planejada, eficaz na consecução de objetivos que transformem a sociedade”. E, para esclarecer ainda mais a que estava se referindo, citou alguns exemplos:

1. **Impacto tecnológico/econômico** – contribuição para o desenvolvimento microrregional, regional e/ou nacional destacando os avanços produtivos gerados; aumento da produtividade; disseminação de técnicas e conhecimentos que melhorem o desempenho econômico, respeitando e considerando seus efeitos sociais e ambientais;
2. **Impacto educacional** – contribuição para a melhoria do ensino básico, médio, graduação, técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino. Um exemplo de contribuição nesse campo, passível de ocorrer em algumas áreas, seria a geração pelo programa de “livros-textos” para a graduação e de livros didáticos para o ensino fundamental e médio.
3. **Impacto propriamente social** – formação de recursos humanos qualificados para a administração pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento;
4. **Impacto cultural** – formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural e artístico, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e às artes e ao conhecimento nesse campo. (RIBEIRO, 2007 p.1-2).

Em 2017, buscando uma maior sistematização, a CAPES introduziu diversos indicadores para uma avaliação mais objetiva do quesito Inserção Social, tais como: inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa, integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional, visibilidade ou transparência dada pelo programa a sua atuação, contribuição do programa para a Educação Básica (BRASIL, CAPES, 2017). Além disso, foram propostas ações concretas junto a áreas, instituições e grupos, tais como: participação em Conselhos, comitês e Comissões, em ONGs ou setores governamentais; consultorias e assessorias a instituições; programas de ação ou intervenção junto a instituições (escolas/creches, hospitais/postos de saúde/ambulatorios, centros de referência, conselhos tutelares, órgãos de justiça, quartéis, prisões) e comunidades com necessidades específicas; organização de evento de divulgação científica; atenção à educação básica; outras iniciativas inovadoras.

Cabe aqui pensar brevemente no papel exercido pela extensão e sua contribuição tanto para a pesquisa em si, como para o estudante e o professor que a realizam e a sociedade. Em uma publicação do Fórum Nacional de Extensão de Instituições Comunitárias de Ensino Superior (FOREXT), uma conceituação menos convencional foi proposta:

A Extensão Universitária constitui-se em um conjunto de ações de caráter interdisciplinar e multidisciplinar, articulando os saberes produzidos na vida acadêmica e na vida cotidiana das populações, para compreensão da realidade e busca de resposta aos seus desafios. Assim, promove a disseminação do conhecimento acadêmico, por meio do diálogo permanente com a sociedade. (FOREXT, 2013, p. 19).

É na interface com o Ensino e a Pesquisa que a Extensão Universitária encontra oportunidade de se apresentar, propondo necessariamente um processo pedagógico participativo e tornando-se instrumento de formação de profissionais cidadãos, que pautem suas ações pela competência técnica e pelo compromisso ético. Portanto, a Extensão Universitária traz o desafio de instaurar um novo paradigma nas Instituições de Ensino Superior – IES, uma vez que agrega a exigência da participação ativa de toda a comunidade acadêmica, da interação com a sociedade e da democratização do saber. Destaca-se, pois, o caráter articulador da extensão nessa interface, considerando que os resultados e as produções acadêmicas do Ensino e da Pesquisa carecem, na maioria das vezes, de visibilidade e comunicação com a sociedade.

A Extensão Universitária expressa esse compromisso social através das ações de contribuição para a construção de projetos democráticos participativos, de inclusão social e de efetivação dos direitos humanos; para a criação, implementação e monitoramento de políticas públicas; para a promoção de desenvolvimento local e regional, baseado em diagnósticos so-

cioespaciais, com foco na sustentabilidade social, econômica e ambiental; para o desenvolvimento e implantação de novas tecnologias de impacto social; para a melhoria dos cuidados de saúde que abranjam a maioria da população; para a adoção de medidas de preservação do patrimônio artístico-cultural e da diversidade cultural (FOREXT, 2013).

Pesquisas realizadas recentemente em universidades comunitárias brasileiras dão conta de que o aluno que passa pela experiência da extensão na universidade torna-se capaz de cumprir um papel de cidadão na sociedade, exercer um papel de liderança nos grupos de que participa, realizar uma análise crítica da realidade que o cerca, propor iniciativas e soluções para os problemas que se apresentam, coordenar grupos em direção à conquista de autonomia nas suas ações, estabelecer relações, comparações e contrastes em diferentes situações, propor planos de ação para grupos, comunidades ou instituições, buscar promover o avanço nas práticas econômicas, sociais, políticas e culturais (SÍVERES, 2012; SÍVERES, 2013).

Um número expressivo de pesquisas desenvolvidas pelos professores, mestrados e doutorandos do Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC Minas tem origem no cotidiano das práticas profissionais dos nossos alunos formados em Psicologia e em áreas afins, que atuam em campos diversos, tais como a assistência social, a saúde, as políticas públicas, a clínica, a educação e o trabalho entre outras. Além disso, nos últimos anos, projetos de extensão desenvolvidos a partir do Programa de Pós-graduação em Psicologia têm contribuído para a inserção social do conhecimento produzido.

É preciso ressaltar que o conhecimento produzido a partir das inquietações do cotidiano resulta da interação constante entre o sujeito-pesquisador e os sujeitos que compõem o universo da pesquisa, de modo que todos os envolvidos estão implicados e produzem mútuas transformações. Lane (1994) nos ensinou que

o pesquisador-produto-histórico parte de uma visão de mundo e do homem necessariamente comprometida e, neste sentido não há possibilidade de se gerar um conhecimento “neutro”, nem um conhecimento do outro que não interfira na sua existência (p. 18).

Na perspectiva da área das ciências humanas, na qual a Psicologia é incluída pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, os problemas, que têm sido traduzidos nos projetos desenvolvidos nos níveis de mestrado e doutorado, estão associados aos processos de subjetivação, às políticas públicas de assistência social, à saúde e à saúde mental, às relações familiares e relações de gênero, às relações laborais, entre outros temas que são tratados a partir de diversas direções teóricas e metodológicas.

A inserção social do conhecimento se realiza em uma relação de mão dupla entre a universidade e o contexto social amplo, de modo a contribuir para fomentar a responsabilidade social com a divulgação e popularização do conhecimento científico, visando a instrumentalizar e potencializar os diversos grupos sociais a desenvolverem uma postura ativa e crítica na solução de seus problemas cotidianos. Além disso, a universidade deve devolver à sociedade o investimento público da produção científica, e parte dessa devolução se traduz em apresentar em linguagem clara e compreensível o conhecimento produzido pela interação entre os sujeitos – pesquisador e pesquisados. A devolução do conhecimento é importante para que se evite uma relação predatória com os diversos campos de pesquisa.

Os problemas que emergem nos diversos cenários sociais são traduzidos, algumas vezes, em demandas de intervenção dirigidas à universidade e nestes casos o nosso Programa, em seu eixo metodológico, não dissocia a produção do conhecimento da intervenção. E estas ações encontraram eco e apoio na extensão universitária.

Dentre as ações de extensão desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-graduação em Psicologia, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas, é de se ressaltar os resultados significativos dos projetos citados anteriormente: “Oficinas de Capacitação para Educadores das Casas de Acolhimento Institucional” (MOREIRA, 2015) realizou a capacitação de 100 educadores e outros profissionais que trabalham em 25 Casas de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em medida protetiva, com avaliação muito positiva desse público, além de ter produzido como material didático uma cartilha sobre o assunto e ter contribuído para a realização de eventos acadêmicos e a produção de uma monografia e uma dissertação de mestrado. A cartilha disponibilizada também pela via digital continua sendo utilizada em novos processos de formação dos profissionais do acolhimento institucional, mesmo após a conclusão do projeto mencionado, o que demonstra que o material produzido foi apropriado pelo público alvo.

Podemos destacar ainda que esta atividade extensionista foi realizada de modo articulado ao desenvolvimento de uma pesquisa que teve o apoio institucional da FAPEMIG e foi realizada durante dois anos (2014-2016): “Formação e capacitação de equipes de trabalho para as entidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes: produção de inovações metodológicas”. Esta experiência resultou em três produtos, a saber: uma dissertação de mestrado de autoria de Júnia Aparecida Ferreira; um artigo publicado em período em coautoria de Júnia Aparecida Ferreira e Maria Ignez Costa Moreira; e o livro-coletânea “Cuidar de quem cuida”, que agregou artigos produzidos sobre a temática dos trabalhadores da assistência e que propiciou ainda uma articulação interinstitucional. Houve também durante o período

de realização do projeto diversas comunicações em eventos científicos, com destaque para os encontros promovidos pela Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO.

Os projetos “O Cotidiano da Comissão Municipal de DST/Aids e Hepatites Virais de Belo Horizonte” (KIND, 2016) e “Interagentes na prevenção e promoção de saúde: articulações entre Universidade, Sociedade civil e Estado para o enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS” (KIND, 2017), que estavam voltados para a construção conjunta pela universidade, sociedade civil e Estado de estratégias de prevenção e promoção da saúde em ações do Programa BH de Mãos Dadas contra a Aids, alcançaram seus objetivos através do trabalho integrado com Instituições Governamentais Estaduais e Municipais, Movimentos Sociais, Organizações Não-Governamentais e a própria Comunidade Acadêmica da Universidade, além de ter produzido duas webséries, três artigos acadêmicos, oferta de uma disciplina optativa no Programa de Pós-graduação em Psicologia, orientação de uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado com temas correlatos.

Destacamos, ainda, neste relato, dois projetos a partir da demanda da Diretoria de Educação Inclusiva e Diversidade da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte (SMED/PBH). O primeiro, iniciado em 2016, tem como objetivo central a formação de professores da rede municipal para a promoção da equidade de gênero na educação infantil, básica e na Educação de Jovens e Adultos - EJA, cuja política é de responsabilidade do município. Os resultados parciais do projeto produzidos entre 2016 e 2018 foram objeto de comunicação em eventos científicos, submissão de artigos em periódico e publicação de um capítulo em livro-coletânea (MOREIRA; JAYME et al, 2017)

Esse projeto é desenvolvido por meio da parceria desenvolvida entre os Programas de Pós-Graduação em Psicologia e de Ciências Sociais da PUC Minas, a Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas e a Diretoria de Educação Inclusiva e Diversidade da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte (SMED/PBH) e permanece em realização, pois as avaliações processuais têm indicado a necessidade da continuidade e o aprimoramento das estratégias metodológicas para a sua execução.

A sistematização do conhecimento produzido até o momento resultou em novo projeto de pesquisa “Relações de Gênero e Educação: Estratégias da Formação de Professores do Ensino Básico (MOREIRA; JAYME, 2018), aprovado pela FAPEMIG (APQ 01963-18) com vigência entre 2019 e 2020. O desenvolvimento continuado do projeto de formação permanente dos professores tem mostrado de forma clara que as assimetrias nas relações de gênero na educação têm gerado uma série de desafios para a prática cotidiana de professores/as na educação infantil e básica. Tais assimetrias têm produzido impactos na desigualdade de aprendi-

zagem entre meninos e meninas. Os dados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA (2010) revelam que meninos têm resultados superiores em matemática em relação às meninas, enquanto que estas apresentam resultados superiores nos conteúdos de linguagem. A análise de tais resultados mostra a reprodução (e a naturalização) da desigualdade de gênero na escola, se meninos e meninas não aprendem de forma igualitária também o ensino não se realiza de forma igualitária. Há uma hierarquia dos conteúdos, que valoriza mais a habilidade matemática decorrente do raciocínio lógico, característica atribuída aos homens, enquanto que a habilidade de linguagem e comunicação é associada à sensibilidade, e essa tomada como própria das mulheres.

Outro fenômeno que revela a desigualdade de gênero na escola é a prática de violência de gênero em suas diversas manifestações: psicológica, física, sexual. A violência significa uma grave violação dos direitos humanos, e a violência praticada na instituição escolar é um dos atravessamentos que produzem as dificuldades de aprendizagem e o baixo rendimento escolar. Os problemas de aprendizagem e a violência de gênero têm alta complexidade, mas são explicados de modo reducionista e essencialista, seja quando se atribui as desigualdades à condição biológica, seja aos modos distintos de socialização de meninos e meninas.

Ainda em 2017, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte aderiu ao Programa Plataforma “Cidade 50/50: todas e todos pela igualdade”, uma iniciativa da ONU Mulheres com foco na busca pela igualdade de gênero. A Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte é responsável pela área de educação no comitê de elaboração do Plano Municipal de Equidade de Gênero, que se articula com a proposta da ONU e o êxito do plano está condicionado ao aprimoramento da qualidade das práticas de educação. Neste contexto, temos tido a oportunidade de contribuir para a formulação de uma política pública que visa a promoção da equidade de gênero por meio da formação qualificada e continuada de professores.

O projeto da formação continuada dos professores da rede municipal na temática das relações de gênero tem sido uma oportunidade ímpar de ampliação e consolidação da articulação entre a pesquisa e extensão universitária na pós-graduação. Os resultados preliminares têm mostrado o aumento significativo da sensibilidade dos professores e das professoras para a reflexão e o enfrentamento das assimetrias e desigualdades de gênero, que geram efeitos nefastos como a prática da violência, da hierarquia entre as áreas de conhecimento, que exclui as meninas daquelas consideradas de maior prestígio social e os meninos de habilidades de formação humana que contribuem para a expressão de afetos, para a aprendizagem de cuidado de si mesmos e do outro. Além disso, os professores e as professoras revelam maior interesse

pelo conhecimento da epistemologia de gênero, o que tem contribuído para a desconstrução do *slogan* “ideologia de gênero”, que tem propagado preconceito, discriminação e violência.

As avaliações processuais revelam a necessidade premente de construção de material didático-pedagógico que auxilie as professoras e os professores no seu trabalho cotidiano. A produção deste material foi planejada como uma coconstrução, que deverá envolver o corpo docente das escolas, os gestores da educação municipal, as professoras e os alunos e alunas de graduação e pós-graduação.

Em 2018, nova demanda do Núcleo de Educação, Cultura e Cidadania da SMED-PBH foi dirigida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC Minas para a formação docente responsável pela modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os professores e professoras têm buscado compreender o complexo fenômeno da cultura digital. A Profa. Márcia Stengel acolheu a demanda e iniciou o trabalho com o corpo docente da EJA por meio de rodas de conversa mensais que possibilitam problematizar os impactos da cultura digital na prática pedagógica e as implicações da tecnologia digital nos modos de subjetivação contemporâneos.

Nos últimos anos, é crescente o número de usuários da internet e isto se dá pelos mais diversificados usos que se pode fazer desta ferramenta. As novas tecnologias da comunicação e informação – TIC incorporam-se progressivamente em nossas vidas e a mais significativa delas é o computador e os meios móveis de comunicação (*tablets e smartphones*) e, por extensão, a internet. As pessoas passam horas frente a seus equipamentos, conectadas à rede, algumas vezes por necessidade e outras buscando relacionar-se, cada vez mais, de forma virtual.

Castells (1999) reflete sobre a questão do conhecimento desta nova forma de organização da sociedade, permeada pelas novas tecnologias e principalmente pela internet e o uso das redes. Para este autor, devemos procurar reconhecer os contornos deste novo terreno histórico e só então será possível identificar os meios através dos quais sociedades específicas em contextos específicos podem atingir os seus objetivos e realizar os seus valores, fazendo uso das novas oportunidades geradas pela mais extraordinária revolução tecnológica da humanidade, que é capaz de transformar as nossas capacidades de comunicação, que permite a alteração dos nossos códigos de vida, que nos fornece as ferramentas para realmente controlarmos as nossas próprias condições, com todo o seu potencial destrutivo e todas as implicações da sua capacidade criativa.

Essas TIC também adentram no contexto escolar, suscitando uma série de questões e desafios aos professores. A cultura está sempre em movimento e transformação, por isso, é

necessário compreender, descrever, analisar, interpretar e refletir criticamente sobre este fenômeno cotidiano, investigando as relações históricas entre os meios de comunicação social, suas características e linguagens, a educação escolar, a vida privada e os lapsos geracionais.

Este projeto com os professores da EJA, nomeado como Educação e Cultura: o cotidiano escolar na era tecnológica, também tem produzido frutos, como apresentação em eventos acadêmico-científicos, além da futura produção de uma cartilha com o material gerado a partir das rodas de conversas para distribuição entre os professores da rede municipal de educação, além de outros interessados. Ainda, terá continuidade em 2019 com a incorporação de discentes no projeto.

À guisa de conclusão

O presente artigo objetivou o registro e a reflexão da história recente da articulação entre o Programa de Pós-graduação em Psicologia e Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas. Consideramos as experiências aqui relatadas como exitosas.

A concepção de que os fazeres universitários se concretizam pela indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão tem guiado a trajetória que descrevemos. Além disso, essas experiências se pautam pelo compromisso da construção de um conhecimento engajado e responsável pela construção de uma sociedade mais justa, que possibilite o acesso de todas e todos aos bens materiais e simbólicos, que buscam promover a dignidade humana, princípio basilar da Pontifícia Universidade Católica.

As experiências da extensão universitária na pós-graduação aqui relatadas mostram-se de alta relevância para a inserção social do conhecimento, no sentido de promover a formação continuada dos trabalhadores da saúde, da educação e da assistência social. A circulação do conhecimento e a invenção participativa de novas metodologias e tecnologias sociais têm como objetivo maior a aprendizagem recíproca de todos os envolvidos nos projetos e a formação da autonomia dos profissionais, especialmente aqueles inseridos nos espaços das diversas políticas públicas.

Desejamos que esse relato inspire novas ações para o fortalecimento da extensão universitária na pós-graduação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**. Lei 9436, de 20/12/1996. Ministério da Educação. Governo Federal. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. Diretoria de Avaliação. Documento de Área: Psicologia. Brasília, DF: 2017.

BOUFLEUER, José Pedro. **Inserção social como quesito de avaliação da pós-graduação**. Revista de Educação Pública. Cuiabá, MT. V.18, n.37, p.371-382, maio/ago.2009.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DRÈZE, Jacques e DEBELLE, Jean. **Concepções da universidade**. Trad. de Francisco de Assis Garcia e Celina Fontenele Garcia. Fortaleza, CE: Edições Universidade do Ceará, 1983.

FELIPPE, Wanderley Chieppe. **Ensino, pesquisa, extensão e a articulação necessária**. Artigo apresentado em mesa redonda no Seminário “Pesquisa pra que? Extensão pra quem?”. Belo Horizonte, PUC Minas, 2018.

FERREIRA, Júnia Aparecida e MOREIRA, Maria Ignez Costa. O acolhimento institucional na perspectiva dos trabalhadores dos serviços de proteção: múltiplos sentidos institucionais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 256-273, jan. 2017

FORUM DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS – FOREXT. **Extensão nas Instituições Comunitárias de Ensino Superior**: Referenciais para a construção de uma Política Nacional de Extensão nas ICES. FELIPPE, Wanderley Chieppe et al. Itajaí, SC: Editora da UNIVALI, 2013. Formato de e-book.

KIND, Luciana. **O Cotidiano da Comissão Municipal de DST/Aids e Hepatites Virais de Belo Horizonte**. Projeto de Extensão aprovado pela Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas. Belo Horizonte: PUC Minas, 2016.

KIND, Luciana. **Interagentes na prevenção e promoção de saúde: articulações entre Universidade, Sociedade civil e Estado para o enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS**. Projeto de Extensão aprovado pela Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas. Belo Horizonte: PUC Minas, 2017.

LANE, Silvia T.M. A psicologia social e uma nova concepção para a psicologia. In **Psicologia Social: O homem em movimento**. Silvia T. M. Lane, Wanderley Codo. Orgs. São Paulo: Brasiliense, 2004 (p.10-19).

MOREIRA, Maria Ignez Costa. **Formação e capacitação de equipes de trabalho para as entidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes: produção de inovações metodológicas**. Belo Horizonte: PUC Minas. Projeto de pesquisa aprovado pela Fape-mig e executado entre 2014 e 2016.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; PASSOS, Ana Paula Carvalho; ALMEIDA, Vicente de Paulo. **Oficinas de Capacitação para educadores das Casas de Acolhimento Institucional**. Projeto de Extensão aprovado pela Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas. Belo Horizonte: PUC Minas, 2016.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; PASSOS, Ana Paula Carvalho; ALMEIDA, Vicente de Paulo. **Cuidar de quem cuida: Trabalhadoras e Trabalhadores no acolhimento institucional**. Curitiba: Editora CRV, 2016

MOREIRA, Maria Ignez Costa; JAYME, Juliana. Curso de qualificação para professores de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Belo Horizonte. Curso realizado em parceria com a Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas, em 2017 e 2018.

MOREIRA, Maria Ignez Costa e JAYME, Juliana et.al. Meninas e Meninos Aprendem a mesma coisa? Desigualdades no Processo de ensino e aprendizagem. In: **Educação para as Relações de Gênero**. Eventos de letramento na escola. Curitiba: Editora CRV, 2017, p. 93-108.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Prefeitura adere à Plataforma “**Cidade 50/50: todas e todos pela igualdade**”. Belo Horizonte, MG: 2017. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/bh-adere-plataforma-da-onu-para-equidade-de-genero>.

RIBEIRO, Renato Janine. **Inserção social**. Disponível na Internet em: www.capes.gov.br/images/stories/download/artigos/Artigo_23_08_07.pdf. Acesso em: 18 fev. 2019, p. 1-3.

SÍVERES, Luiz (Org.). **Processos de aprendizagem na extensão universitária**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2012.

SÍVERES, Luiz (Org.). **A extensão universitária como princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, 2013.